

INCLUSIÓN EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR

NATHALY DIRONZE GALHARDO

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP/ São Paulo – Brasil

(nathaly.galhardo@gmail.com)

Resumen: En los últimos años, en Brasil, los programas de inclusión y permanencia estudiantil en la enseñanza superior buscan sobre todo ofrecer subsidios de orden material para que el alumno consiga mantenerse en la universidad, tales como: becas de estudio, alimentación, residencia etc. Sin embargo, poco se ha hecho para que el alumno se incluya en la universidad en relación a la producción del conocimiento. Se pretende verificar en qué medida los actuales trabajos académicos sobre inclusión en la enseñanza superior, discuten las condiciones financieras que se ofrecen para mantener a los alumnos en la universidad, sin ocuparse de la cuestión de la producción del conocimiento por parte de esos jóvenes. Para eso, haremos un levantamiento de los trabajos publicados entre 2005 y 2011, que tratan a respecto de las políticas de inclusión en la enseñanza superior. Nuestra hipótesis es que esos trabajos dan soporte a los proyectos gubernamentales de apoyo material a los alumnos de las diferentes carreras en la universidad en cualquier cosa relacionada con el apoyo intelectual.

Palabras clave: enseñanza superior – inclusión, permanencia estudiantil- producción del conocimiento

Area de énfasis : Formación e investigación

Abstract: In recent years, in Brazil, inclusion programs and student retention in higher education are mainly interested in offering a material subsidies so that students get to keep it in college, such as: scholarships, food, residence, etc. However, little has been done for the student to be included in the university in relation to the production of knowledge. It is intended to verify to what extent the current scholarship on inclusion in higher education, discuss the financial terms offered to keep students in college, without addressing the issue of knowledge production by these young people. For that, we do a survey of papers published between 2005 and 2011, treating about inclusion policies in higher education. Our hypothesis is that these jobs provide support for government projects of material support to students of different races at the university in anything related to the intellectual support.

Keywords: higher education - enrollment, student retention - knowledge-production

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
O QUE SE ESPERA DA UNIVERSIDADE.....	3
TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR.....	6
EM QUE MEDIDA OS PROGRAMAS DE INCENTIVO A PERMANÊNCIA TRATAM DA LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	8
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10
BIBLIOGRAFIA.....	12



INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva refletir a respeito da inclusão intelectual do estudante universitário brasileiro. O aumento do número de vagas, a criação de programas de incentivo financeiro e maior acesso ao vestibular contribuíram para que o aluno, advindo da escola pública, pudesse ingressar no ensino superior. Entretanto em nenhum momento se fala sobre como inserir esse sujeito na produção intelectual, o que acontece, na maioria das vezes, é que ele “sobrevive” a universidade, mas não participa realmente dela. Na primeira parte do texto, “O que se espera da Universidade” discorremos sobre o conceito de universidade e o que esperamos da instituição, em “Trabalhos acadêmicos sobre inclusão no ensino superior” pesquisamos sobre o que tratam os trabalhos sobre inclusão no que tange ao ensino superior, em “Em que medida os programas de incentivo a permanência tratam da leitura e produção de texto” analisamos os programas de incentivo do governo e verificamos qual é o conceito de inclusão no ensino superior mostrado por eles, finalmente, em “Considerações finais” mostramos nossa conclusão após a pesquisa.

O QUE SE ESPERA DA UNIVERSIDADE

Para Santos (2005) antes da década de sessenta, a ideia de universidade estava vinculada à unidade do conhecimento, os três grandes objetivos da instituição eram: a investigação, porque a verdade só é acessível a quem a procura sistematicamente; ser um centro de cultura, disponível para a educação do homem no seu todo; e, por ser a verdade transmitida, deve ensinar as aptidões profissionais orientadas para a formação

integral. Entretanto, após a década de sessenta, a universidade foi submetida a pressões que levaram a transformações e as três principais funções passaram a ser: a investigação, o ensino e a prestação de serviços. Houve um “*atrofiamento da dimensão cultural da universidade*” e “*privilegiamento do seu conteúdo utilitário, produtivista*” (SANTOS, 2005), essa mudança foi correlata ao aumento da população estudantil e do corpo docente, proliferação das universidades e expansão do ensino.

Ainda segundo o autor,

“Em 1987, o relatório da OCDE sobre as universidades atribuía a estas dez funções principais: educação geral pós secundária; investigação; fornecimento de mão-de-obra qualificada; educação e treinamento altamente especializados; fortalecimento da competitividade da economia; mecanismo de seleção para empregos de alto nível através da credencialização; mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias; prestação de serviços à região e à comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais (ex. igualdade de oportunidades para mulheres e minorias raciais); prestação para os papéis de liderança social” (SANTOS, 2005)

A OCDE é a Organização para cooperação e Desenvolvimento Econômico, composta por trinta países e visa coordenar políticas econômicas e sociais e apoia o crescimento sustentável e bem estar da população ao redor do mundo. Os países membros da organização produzem dois terços dos bens e serviços de todo o mundo.

Em função disso, apresento uma reflexão a respeito do conceito de Universidade exposto: Primeiro, por que uma organização comercial dita o que deve ser uma Universidade? Essas funções destinadas a ela não seriam, em certa medida, contraditórias? Como fica a investigação uma vez que depende de recursos financeiros

(patrocínio) e esses recursos provêm não apenas do governo (uma pequena parte, aliás), mas de entidades privadas que possuem interesses econômicos?

As mesmas preocupações aparecem nos trabalhos de Chaui, em seu livro “Escritos sobre Universidade” a autora fala sobre as ideias propostas pelo Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) para reestruturação de universidades da América Latina e do Caribe, que em 1996 distribuiu um documento no qual busca

“(…) avaliar a situação do ensino superior na América Latina e no Caribe para identificar as principais funções atribuídas a esse ensino, avaliar suas deficiências e problemas, propor reformas e soluções que sirvam de base para uma estratégia de financiamento, levando em conta a ‘larga experiência’ (do banco) no ensino superior e nas tentativas de reforma-lo” (CHAUÍ, 2001)

Mais uma vez um órgão privado (um banco!) procura dizer o que é importante para a Universidade, os critérios utilizados para a avaliação são três: custo- benefício, eficácia- inoperância e produtividade. O ensino é visto como um bem de consumo que deve satisfazer as exigências do mercado.

A Universidade transformou-se em geradora de conhecimento para o mercado de trabalho, indissociada do consumismo. O que não serve como gerador de competitividade econômica é deixado de lado, os mais reconhecidos são os que darão lucros e conseqüentemente são os que recebem mais investimentos. Como o governo investe pouco em Educação, a disponibilidade para ser financiada leva a dependência dos interesses da classe dominante. Os cursos que geram maior riqueza, são mais prestigiados, como as carreiras corporativas, o que possuem maior politização e reflexão sobre o conhecimentos (ciências sociais e humanas) são colocados a margem.

Exemplos de práticas que vêm sendo deixadas de lado são a escrita e a leitura, formas de manifestação de produção de conhecimento, mas que não são importantes para gerar lucros às empresas patrocinadoras. Segundo Barzotto, estas atividades estão ligadas à necessidade de ir além do que já foi feito “*o que a leitura ou a escrita deste texto traz de diferente, de novo, de inusitado, de singular?*” (BARZOTTO, 2012), instiga o pensar, o que não é bom para um sistema neoliberal que deseja consumir e não pensar.

TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Apenas para ilustrar o interesse q o tema tem suscitado nos últimos anos, por meio de palavras chave Inclusão no ensino superior, buscamos na base de teses da Universidade de São Paulo. O resultado foram trabalhos, na grande maioria, que tratavam da inclusão de pessoas com deficiência. Para nossa pesquisa, selecionamos aqueles que tratavam de inclusão social, apenas três deles, são os seguintes:

- Tese de doutorado (2011): *Dificuldades de alunos ingressantes na universidade pública: alguns indicadores para reflexões sobre a docência universitária.*
- Tese de doutorado (2010): *Ilusão, resignação e resistência: marcas da inclusão marginal de estudantes das classes subalternas na rede de ensino superior privada.*
- Tese de doutorado (2005): *Caminhos de descaminhos da inclusão: o aluno negro no sistema educacional.*

A primeira Tese foi apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e trata da elitização da Universidade pública brasileira. A autora escolheu como

locus o INCLUSP (sobre o qual já discorremos no item Programas de Incentivo) e a coleta de dados foi realizada através de questionários abertos respondidos pelos participantes do programa, com o intuito de mostrar as dificuldades enfrentadas pelos alunos originários de escolas públicas na Universidade de São Paulo. O trabalho apresenta algumas dificuldades comuns aos estudantes como a necessidade de conciliar a graduação com trabalho remunerado e as lacunas de aprendizagem decorrentes do ensino de baixa qualidade, e que estas dificuldades apontam demandas para a formação de professores universitários que “não possuem conhecimentos pedagógicos”. Entretanto, o estudo não aponta possíveis soluções para a diminuição ou extinção dessas dificuldades.

A segunda Tese foi apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e trata do “fracasso relativo” de alunos oriundos de classe social mais baixa no nível superior de ensino. De acordo com a autora, o Estado, através do discurso que recomenda a qualificação para o mercado de trabalho, incentiva a absorção de estudantes pobres que, geralmente ingressam na rede superior privada que possuem uma concepção mercantil de educação. Discorre sobre a condição de marginalidade da classe em relação aos estudos, mas também não apresenta como lidar com a situação e trabalhar para melhorar essa condição.

A terceira Tese foi apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e trata das formas de inclusão do aluno negro no que tange as condições de permanência no sistema de ensino até o nível superior. Não trata da inclusão diretamente no ensino superior, mas no trajeto até a Universidade.

Percebemos que nenhum dos trabalhos trata de maneiras para diminuir as lacunas e problemas enfrentados pelos estudantes oriundos de classes mais baixas no ensino

superior em Universidade pública, e também não há preocupação com a maneira como a leitura pode contribuir no processo de inclusão. Esse fato justificaria uma investigação mais demorada sobre a ausência da pesquisa sobre leitura na produção acadêmica contemporânea.

EM QUE MEDIDA OS PROGRAMAS DE INCENTIVO A PERMANÊNCIA TRATAM DA LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO

O Programa Universidade para Todos (ProUni), foi criado pelo Governo Federal em 2004, é dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública de ensino ou da rede particular na condição de bolsistas, com renda familiar per capita de até três salários mínimos. A finalidade do projeto é a concessão de bolsas parciais ou integrais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior. Os candidatos são selecionados através da nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dessa maneira, os alunos são selecionados de acordo com o desempenho. O programa possui ação conjunta com a Bolsa Permanência e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pelo programa.

A Bolsa Permanência é destinada ao custeio das despesas educacionais do beneficiário de bolsa integral do ProUni, o valor equivale ao praticado na política federal de bolsas de Iniciação Científica e a seleção é realizada mensalmente. A Medida Provisória no 213 de 10 de setembro de 2004 institui o ProUni, já no primeiro artigo apresenta o que é o programa:

“Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de

bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de cinquenta por cento (meia-bolsa) para cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos”(Redação dada pela MP nº 213, de 2004)

O FIES é um programa criado pelo Ministério da Educação, operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação. Podem recorrer ao financiamento estudantes matriculados em instituições de ensino superiores não gratuitas nas quais os cursos superiores tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. As condições do financiamento são as seguintes: durante o período de duração do curso, o estudante paga, a cada três meses, apenas o juros incidentes sobre o financiamento, que são de 3,4% ao ano. Após o término do curso, há um prazo de carência de 18 meses, nos quais o estudante continua a pagar apenas os juros a cada três meses. Acabado o tempo de carência, o saldo devedor do estudante poderá ser dividido em até três vezes o período do curso financiado mais doze meses, por exemplo, se o curso teve duração de quatro anos, o estudante poderá financiar em até 13 anos (4X3 mais doze meses). Também a Lei que regulamenta o FIES, deixa claras as normas do financiamento já no Capítulo I:”Do fundo de financiamento ao estudante do ensino superior:

“Art. 1º É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria”. (Redação dada pela Lei nº 12.513, de 2011)

Em nenhum os seus outros três capítulos (do II ao IV) a lei discorre a respeito da inclusão intelectual.

Nos incentivos relacionados acima, a preocupação do governo é dar acesso ao ensino superior no que tange a condição financeira, em nada discorrem a respeito da inserção ou continuidade do aluno em relação à produção acadêmica própria.

Com relação à Universidade de São Paulo, podemos citar o INCLUSP (Programa de Inclusão Social da USP), programa que reúne iniciativas para ampliar o acesso e a permanência de estudantes de escola pública na universidade e o PASUSP (Programa de avaliação seriada da USP), no qual o aluno da rede pública faz o vestibular e pode ganhar bônus de até 15% sobre a pontuação obtida na prova.

Estes programas também tratam de dar suporte ao aluno de escola pública para ingressar na Universidade Pública, mas em nada contribui para manter o estudante ou dar condições para que ele possa aproveitar todo o universo cultural e intelectual que a Universidade pode oferecer. Não tratam da leitura e produção de textos como maneira de inclusão, pois a singularidade pode ser o meio de o aluno comparecer na produção acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas de incentivo e trabalhos acadêmicos apresentados discorrem sobre a inclusão “física” na Universidade, mas não no ensino que esta pode proporcionar e nem como fazê-lo. Falam a respeito do acesso, de passar no vestibular e dar condições

financeiras para o aluno continuar, o que acontece com os estudantes oriundos de classes baixas é que eles “sobrevivem” à Universidade.

Ainda há muito a ser feito a respeito da inclusão intelectual do aluno na Universidade pública, as discussões e os programas que tratam do assunto não aprofundam a discussão e, sequer, buscam algo de concreto para solucionar a questão.

A Universidade deixou de ser vista como um lugar de produção de conhecimento para passar a ser um lugar que prepara para o mercado de trabalho, talvez por isso a importância de realmente inserir o estudante na produção intelectual tenha sido deixada a parte e a preocupação tenha se voltado apenas para que ele faça um curso superior a fim de satisfazer as exigências do mercado de trabalho.

Apontamos neste trabalho que o maior uso da leitura e produção de textos pode contribuir para que o aluno seja inserido na produção do conhecimento acadêmico através de sua singularidade. As práticas envolvidas nas pesquisas dessas áreas, são colocadas como um “objeto sem importância”. O que os estudantes universitários leem hoje em dia? São anotações de aula (quando têm), material baixado na internet, enviado pelo professor, cópias de textos. O que eles escrevem? Respostas de provas, anotações de aula (quando fazem). Em que medida essas práticas contribuem para produção intelectual? Quase em nada. Os alunos leem e escrevem apenas para serem avaliados e não para aprimoramento do ato de pensar.

Termino com a reflexão que permeia este trabalho, que vai de encontro com BARZOTTO (2011): Apesar da base ética da Universidade ser a produção de conhecimento visando a melhora das condições de vida da humanidade, nem todas elas cumprem com seu compromisso.

BIBLIOGRAFIA

BARZOTTO, V. H. (2011) . Instâncias formadoras, domínio da escrita e poder do professor. In: Rejane Centurion; Mônica Cruz; Isaías Muniz Batista. (Org.) Linguagem e(m) interação – Línguas, Literaturas e Educação. Cáceres: Editora Unemat, 2011, v.1, p. 11 a 16

BARZOTTO, V. H. (2012). O que tem de diferente em um texto produzido na Universidade? Inédito

CHAUÍ, M. S. (2001) . Escritos sobre a Universidade. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SANTOS, B. S. (2005) . Pela mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade. São Paulo: Cortez, 2005.

<http://sisfiesportal.mec.gov.br/> acessado em 07/06/2012

<http://siteprouni.mec.gov.br/> acessado em 07/06/2012

http://www.oecd.org/home/0,2987,en_2649_201185_1_1_1_1_1,00.html acessado em 08/06/2012

http://www.prg.usp.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=201&Itemid=125 acessado em 08/06/2012